
Resenhas

A Identificação de um País

Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325), de José Mattoso. Lisboa, Editorial Estampa-Imprensa Universitária, 1985, 2 vols. (457 p. e 324 p.).

Vânia Leite Fróes

A *Identificação de um país*, de José Mattoso, já está editada há algum tempo. No entanto, sua importância dentro da historiografia portuguesa, e principalmente a natureza das questões levantadas em torno do *problema da formação da nacionalidade*, justificam plenamente uma análise mais detalhada dessa obra. Certamente acrescentará elementos preciosos à discussão dos historiadores brasileiros, não somente os medievistas, mas todos aqueles que se preocupam com a estruturação da categoria do *nacional* em nosso país.

O autor é um dos mais importantes historiadores portugueses do

momento. E convém acrescentar que a historiografia ibérica na última década adquiriu maturidade e integrou-se rapidamente à produção europeia, particularmente à da *Nova História*. José Mattoso alia à formação erudita de historiador medievista uma formação em antropologia e uma grande familiaridade com a documentação utilizada nessa obra. Já há muitos anos interessa-se pelo estudo da nobreza, do clero, do monarquismo.¹

O livro aqui proposto para análise ganhou o prêmio Alfredo Manuel Pimenta,² e em dois volumes objetiva fazer a análise da *formação da nacionalidade portuguesa*, contrapondo idéias. No volume I, *Oposição*, tra-

balha as principais diferenças existentes entre o Norte e o Sul de Portugal, o litoral e o interior, a área senhorial e a concelhia. No volume II, *Composição*, analisa os vetores de integração e de formação de uma coesão e identidade nacionais. Este volume contém ainda mapas, gráficos e extensa relação de fontes, além de minucioso estudo bibliográfico.

O *recorte temático* é feito a partir de uma problematização com base na atualidade. O autor elege como ponto central de sua análise o fenômeno da nacionalidade, mas a partir da *diversidade nacional* hoje ainda identificável e apontada por lingüistas, geógrafos, historiadores e antropólogos. Tal diversidade permanece portanto num tempo longo, embora o autor chame a atenção para o fato de essa permanência não excluir uma alteridade do sistema cultural medieval que pretende abordar. Esclarece ainda Mattoso que o nacionalismo exaltado que marcou tantos historiadores portugueses não constitui valor algum em sua obra. Prefere analisar o fenômeno nacional como *ordenador de um conjunto* marcado por divergências grandes. Coloca-se como o construtor de uma rede “talvez ilusória de uma coerência possível” (vol. I, p. 21).

As propostas do autor

Mattoso condena assim as visões *unitárias e deformadoras* vinculadas ao estudo da nacionalidade portuguesa, mostrando como elas ignoram os problemas regionais e as múltiplas variações espaço-temporais. Para analisar estas variações interroga a geografia humana, a lingüística, as técnicas agrícolas, os transportes e meios de comunicação, localizando fronteiras diversas que levam a uma primeira linha divisória entre o Norte e o Sul, determinada principalmente pela *forma de ocupação de espaços* com ca-

racterísticas geográficas marcantes. As *fronteiras lingüísticas* (lexicais e fonéticas) são também estudadas, bem como a *estrutura familiar*, as *relações de parentesco* e o *sistema de casamentos*, visando detectar a permanência ou não de formas comunais. A própria *tradição histórica* (ocupação romana, visigótica, árabe) é destacada.

O autor interroga a capacidade expansiva da classe dominante e mostra como é necessário retomar ainda a velha questão do feudalismo português, apontando para a necessidade do estudo da interdependência entre o sistema senhorial e o feudo-vassálico. Tal questão está na base da nacionalidade, pois vincula-se à formação da classe feudatária, responsável pela expansão que unirá aos poucos o Norte e o Sul de Portugal. Estudar a formação da classe dominante e sua expansão está assim no centro da questão abordada, pois não se pode falar de nacionalidade sem estudar como uma classe *se impôs* sobre as outras e como se *organizou politicamente*.

É claro que não é necessário insistir demasiado na influência que o *Estado* exerce na criação da comunidade nacional. É fundamental, porém, interrogar como se relaciona com a classe dominante, com os poderes senhoriais, com os poderes locais (concelhos), e como concilia as identidades locais com o vínculo maior que une a todos.

O Estado português estrutura-se sob a forma concreta da monarquia, cuja influência se torna mais determinante na capacidade de aglutinar “numa figura única e comum o imaginário coletivo e se tornar o ponto de referência, o pólo de construção ideológica, a encarnação de ideais coletivos de justiça e equidade...” (vol. I, p. 59).

O autor pretende analisar alguns equívocos da historiografia tradicio-

nal, muitas vezes redutora em sua cronologia globalizante, conferindo à dimensão diacrônica uma maior importância. Justifica seu corte cronológico (1096-1325) mostrando que em tal período as características feudais são ainda predominantes, mas apontando para uma *multiplicidade cronológica* em que as resistências locais, a senhorialização, as fases da guerra externa, a montagem do aparelho estatal, as grandes modificações na realidade constituem forças internas que retardam ou aceleram o processo e são tomadas também para cortes temporais. Para dividir os períodos considerados no todo cronológico tomado, foram consideradas a centralização estatal e a guerra externa.

A partir daí Mattoso formula os critérios de *diferenciação* e de *integração*. Entre os primeiros relaciona as formas de ocupação do espaço, a organização da produção, a ordenação do poder, a relação entre unidades locais ou regionais (senhorios, concelhos e paróquias, e entre estes e o mundo exterior). Nos vetores de *integração* analisa as transferências de população, o desenvolvimento econômico e tecnológico, a criação de uma classe dominante e a organização do Estado.

As oposições

Na análise das diferenciações (que constitui, como já disse, a base do primeiro volume), o autor está preocupado em analisar as formas de *integração e oposição espaciais* relacionadas à *formação da classe feudatária e sua expansão*, e a *persistência das formas comunitárias* (os concelhos) e sua resistência ou não à expansão feudal e à centralização.

Localiza a área do Douro e Minho, plana, com alto índice pluviométrico e boa irrigação, fértil, como a área de ocupação senhorial ampla, que se con-

juga com ocupação demográfica expressiva (as cartas paroquiais mostram ocupação familiar intensiva). Esta área se articula com a área transmontana e da Beira Alta, de formação comunitária de caçadores e pastores, de charnecas desertas que só os caçadores percorrem.

O Minho e o Douro são assim áreas de *ocupação senhorial* que se opõem em grande parte às áreas comunitárias de Trás-os-Montes e Beira Alta, onde predominam os concelhos que via de regra resistem à senhorialização, nem sempre com sucesso, pois sofrem pressão dos próprios senhores e dos monges cistercienses. Os reis têm um papel importante na preservação da área concelhia de algumas regiões, mas de uma forma ou de outra grande parte dos concelhos sofre, quer parcialmente, quer totalmente, a senhorialização.

A análise minuciosa do autor localiza não só as áreas e formas de ocupação do espaço, como articula também esta ocupação à expansão da classe feudatária, apontando detalhadamente sua articulação interna, seus inúmeros desdobramentos (relações de parentesco na nobreza, proximidade do poder, militarização), detectando as diferentes categorias de nobres e levantando (e localizando) os principais nomes e genealogias. Na classe senhorial, Mattoso analisa ainda o papel do clero e sua importância na formulação de representações mentais ligadas à coletividade. Finalmente analisa as formas de solidariedade (parentesco e vassalagem) da classe dominante, bem como as leituras auto-identificadoras da nobreza.

À classe feudatária o autor opõe os dependentes, analisando as diferentes categorias (herdadores, colonos, assalariados), e apontando as formas de solidariedade camponesa e as reações à senhorialização.

No outro pólo do estudo das diferenciações sociais e espaciais estão os

concelhos, comunidades vicinais de extensão muito variável, cujos moradores, os *vizinhos* dos *concelhos*, são dotados de maior ou menor autonomia.

Os *concelhos* ocupam em grande parte o Centro e o Sul, em contraposição à classe senhorial, instalada inicialmente ao Norte. Propõe o autor uma tipologia dos *concelhos*, opondo os do litoral aos do interior, estes com um modelo mais tradicional do que os primeiros, urbanizados e em grande parte com organização de base monetária e urbana.

Um estudo mais aprofundado dos *concelhos* mostra que, embora organizados dentro de regras de parentesco (os mais tradicionais) e solidariedade, apresentam uma hierarquização rígida, particularmente os do interior. Tomando como ponto de partida o *concelho* de Alfaiates (Ribacoa) e outros, o autor procura analisar a estratificação social desde os cavaleiros-vilãos até os peões e inúmeros dependentes.

Mattoso questiona a função social desses *concelhos* e o papel que podem ter desempenhado como resistência à senhorialização e à centralização, mostrando como aí se articulam resistências que se expressam numa religião popular e no fortalecimento das regras de solidariedade, com uma organização própria de justiça. A guerra desempenhou também papel importante na coesão do grupo, particularmente dos *concelhos* mais arcaicos. Estes certamente estão mais próximos do senhorio, estruturando-se à base de um rígido controle econômico de seus membros. Ao contrário, os *concelhos* do Sul e do litoral desenvolvem um dinamismo que não se encontra nos do interior. Constituem-se dentro da vida urbana, e seu papel na formação da nacionalidade é muito expressivo.

“É nas cidades que se monta a estrutura envolvente do país, a rede que liga as comunidades umas às outras. A partir de sua influência, desagregam-se as defesas e precauções que as comunidades rurais pacientemente haviam acumulado contra os inimigos externos, e acabam por se revelar prejudiciais aos seus interesses” (vol. I, p. 457).

A composição

As oposições encerram-se assim no Norte senhorial e no Centro e Sul *concelhos*, nas diferenças entre a montanha e a planície, entre o litoral e o interior, entre campo e cidade, nas áreas de tradição islâmica e nas áreas de tradição cristã.

Como os dois grandes conjuntos iniciais se fundiram num só? Por que não foram duas nações? O autor não pretende responder por caminhos lineares, mas por inúmeros caminhos, identificando (com dificuldade, conforme adverte) vetores de integração. Entre estes vetores aponta o papel das *transferências de população*, o *desenvolvimento econômico e tecnológico*, a *formação de uma classe dominante nacional* e a *edificação de um Estado único*.

Ao identificar tais fenômenos de integração, diz-nos o autor, é preciso não esquecer que o fenômeno nacional é sobretudo de *natureza política*, e assim é preciso analisar a monarquia feudal e senhorial que se estabeleceu em Portugal e se sobrepôs às forças divergentes e as absorveu, formando pouco a pouco uma consciência nacional.

Analisando o primeiro dos vetores de integração, as *transferências de população*, o autor aponta as migrações produzidas pela expansão feudal do Norte em direção ao Sul, fazendo um estudo do crescimento demográfico dos séculos XII e XIII em arti-

culação com o crescimento espacial nacional.

O segundo vetor, as transformações econômicas e tecnológicas, é responsável por um surto de comércio marítimo internacional, pela prosperidade das cidades, pelo aumento da produtividade dos campos, aumento das atividades piscatórias, o uso de instrumentos de ferro etc.

Foram assim as modificações econômicas e o aumento demográfico que colocaram os concelhos em contato uns com os outros, que obrigaram os senhores a comerciar com os proprietários vilãos, que associaram os mesteiros e mercadores, os produtores e consumidores.

A partir de meados do século XIII, pode-se falar de uma área econômica nacional, quando Afonso III impõe sua moeda e dificulta a circulação de outras, definindo fronteiras de importação e exportação.

As transformações econômicas criam assim condições para que uma classe se imponha, mas é preciso considerar ainda uma profunda diversidade cultural em toda a região portuguesa. A organização da monarquia, a instalação de um processo de centralização irão determinar a cristalização de uma coesão e de uma identificação nacionais. A figura carismática do *Rei* evolui, e o rei deixa de ser o *primus inter pares* para se constituir no verdadeiro monarca com funções específicas de velar pela paz e justiça em seu reino. Para isto cria um aparelho estatal e aumenta suas riquezas. Organiza um governo central em nome de uma missão sagrada, supera as divergências regionais e impõe-se sobre a Igreja e os concelhos.

A urbanização e o comércio reforçam o papel do Estado, ao mesmo tempo em que dele em parte decorrem. "O organismo formado pelo conjunto de zonas bem diferenciadas entre si, comunicando-se por meio de

redes de cidades, de linha próxima ao litoral, encontra nela coerência..." (vol. II, p. 196).

Um recorte espacial nítido surge claramente definido e estruturado, ao mesmo tempo em que os homens que vivem no reino tomavam consciência de que pertenciam a uma unidade política diferente do resto da cristandade. A apreensão dessa cidadania nascente se faz de maneira diversificada em todo o *Regnum*, e certamente a cada grupo correspondem formas diversas de representação do nacional. A articulação Igreja-Realeza cria um dispositivo capaz de impor a longo prazo uma representação do nacional que se superpõe à dos outros grupos. Uma análise dos símbolos (escudos, selos) e da historiografia (livros de linhagens, memórias) seria útil para reconstituir a formação de uma ideologia nacional.

É claro que até o século XIV, época em que Mattoso encerra sua análise, a fragilidade dessa consciência nacional ainda é muito marcante. Só posteriormente constituir-se-á numa cultura nacional, adverte o autor, ressaltando que não se propõe analisar tal questão.

Alcance e limite do livro

Em primeiro lugar, convém ressaltar o grande esforço de José Mattoso para a compreensão do fenômeno do surgimento da nacionalidade portuguesa. Há questões levantadas em seu estudo que podem certamente servir como parâmetro para qualquer estudo de nacionalidade: a necessidade de uma cronologia múltipla, a necessidade de analisar as formas de ocupação do espaço e a organização social em articulação com as análises de geografia humana, de antropologia (análise de comunidades pelo parentesco e solidariedade), e ainda com

a análise das fronteiras lingüísticas, da formação de uma classe dominante, do Estado, das forças de coesão e do surgimento de uma leitura auto-identificadora de uma comunidade política, certamente na base da formação da cidadania.

Muitas questões propostas podem ser estendidas a outras formações históricas, e certamente o valor do livro é inegável. No entanto, a vastidão do estudo e das propostas criou uma obra fragmentada, em que às vezes perde-se o eixo principal do trabalho. A questão da nacionalidade aparece muitas vezes diluída em longas questões sociais. É o caso da discussão da formação da nobreza. É claro que é importante analisar a coesão e a articulação interna da classe feudatária, mas a longa discussão do assunto tirou o tema de seu leito principal. Seria necessário organizar essa enorme massa de informação num eixo mais coeso. Certamente a análise espacial seria

uma abordagem privilegiada num tema como este. Uma análise espacial que *não tomasse* o espaço “como necessário da ação, mas como ingrediente seu-físico”, porque o espaço assim abordado “é um suporte fundamental para entender atividades, relações, organização”.³

Notas

1. Entre seus estudos relativamente recentes estão *Religião e cultura na Idade Média portuguesa e Portugal medieval; novas interpretações*.

2. Tal iniciativa contou com a participação da Fundação Calouste Gulbenkian (25 de maio de 1985).

3. Ulpiano Bezerra de Menezes, “A cultura material no estudo das civilizações antigas” em *Anais do I Simpósio Nacional de História Antiga*, João Pessoa, 1984, p. 41.

Vânia Leite Fróes é professora adjunta do Dep. de História da UFF e doutora em história social da Idade Média.